



SEVER DO VOUGA

município
divisão financeira

bens e serviços

Serviços de marketing turístico-Gestão Integrada das Redes Sociais do Município de Sever do Vouga

Município de Sever do Vouga

Gabinete de Contratação Pública

Processo 50.2.14/2025

Tipo Ajuste Direto

Aprovação e conhecimento

Declaro ter conhecimento e aprovo o conteúdo do presente documento que compõe as peças do procedimento com o número de processo 50.2.14/2025, para os Serviços de marketing turístico digital - Gestão Integrada das Redes Sociais do Município de Sever do Vouga.

O Presidente da Câmara,

CONVITE

Ajuste Direto

“Serviços de marketing turístico digital

- Gestão Integrada das Redes Sociais do Município de Sever do Vouga”

1. Identificação do procedimento

1.1. O presente procedimento compreende a elaboração dos serviços de marketing turístico digital bem como a gestão das redes sociais do Município de Sever do Vouga, de acordo com as cláusulas do presente Caderno de Encargos e anexos, se for o caso.

1.2. Os Programa Preliminar e projeto base de arquitetura existente poderão ser consultados nos serviços técnicos do Município de Sever do Vouga, mediante marcação prévia.

1.3. O presente procedimento de Ajuste Direto é efetuado ao abrigo do artigo 18.º, alínea d) do artigo 20.º e artigos 112.º e seguintes do Código dos Contratos Público na sua atual redação.

2. Entidade Adjudicante

2.1 A entidade adjudicante é o Município de Sever do Vouga, com sede no Largo do Município, 3740-262 Sever do Vouga, e com os seguintes contactos:

Telefone:	Correio eletrónico:	Website oficial:
+351 234555566;	cm.sever@cm-sever.pt;	www.cm-sever.pt.

2.2 Para efeitos do presente procedimento os interessados e concorrentes devem dirigir as comunicações destinadas ao Município de Sever do Vouga e ao júri do procedimento através do e-mail indicado no ponto anterior.

3. Decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada por despacho do Presidente, e em assonância com o determinado na alínea a) do n.º 1 do art.º 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e do disposto nos artigos 36.º e 38.º do CCP.

4. Disponibilização das peças do concurso

4.1 O processo de concurso encontra-se patente na morada indicada no n.º 2 do artigo 2.º, onde pode ser consultado entre as 9h00 e as 16h30 de cada dia útil, salvo interrupções de expediente.

4.2 O processo de concurso é constituído pelas seguintes peças:

4.2.1 O presente Convite.

4.2.2 O Caderno de Encargos.

4.2.3 Anexos, se aplicável.

4.3 Disponibilização: Todas as peças do procedimento serão disponibilizadas gratuitamente.

4.4 Informação a que se refere o n.º 4 do artigo 35.º - A do CCP:

4.4.1 Para efeitos de apuramento do preço base do objeto deste contrato, e auxílio na preparação do procedimento foram realizadas consultas preliminares ao mercado;

4.4.2 A informação relativa a consulta preliminar ao mercado nos termos do artigo 35.º-A do CCP, que serviu de base na preparação do procedimento encontra-se apenas a decisão de contratar e poderá ser consultada junto dos serviços de contratação, nos termos do n.º 4 do mesmo artigo;

4.4.3 Para os devidos efeitos cumpre-se com disposto no n.º 3 e 4 do artigo 35.º - A do CCP.

5. Esclarecimentos, retificações e alteração das peças procedimentais

Os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e apresentar lista com a identificação expressa e inequívoca de erros e omissões, caso sejam detetados até ao dia anterior ao termo do prazo para entrega das propostas, respeitando as condições previstas nos artigos 50.º e 116.º do CCP.

6. Documentos que constituem a proposta

A proposta, deve ser constituída pelos seguintes elementos que constituem os atributos da proposta:

6.1 Proposta de preço (modelo Anexo A).

6.2 Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao CCP (modelo Anexo I).

6.3 Comunicação se existem (e identificadas) outras entidades especialmente relacionadas (n.ºs 2 e 6 do artigo 113.º do CCP), de acordo com o modelo Anexo IV.

6.4 Uma reprodução da certidão permanente atualizada do concorrente ou de todos os membros do agrupamento, da qual deverá resultar que quem assina a proposta tem poderes de vinculação do concorrente ou que conferiu esses poderes a um procurador, caso em que deve ser igualmente junto o respetivo instrumento de representação (procuração), com exceção dos casos em que o certificado digital utilizado permita relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura.

7. Propostas variantes

7.1 Não é admissível a apresentação de propostas que alterem quaisquer pontos, artigos ou cláusulas do Convite ou do Caderno de Encargos ou das condições fixadas noutros documentos que servem de base ao procedimento.

7.2 Não é admitida a apresentação de propostas com variantes.

7.3 Para efeitos do presente concurso, proposta com variantes é aquela que apresenta diferenças em relação à proposta base.

8. Prazo e modo de apresentação da Proposta

8.1 A proposta bem como os documentos que a constituem deverão ser apresentados até às 17:00 horas do dia indicado no meio escrito e eletrónico de dados que serviu para o envio do convite (plataforma/e-mail).

8.2 A entrega da proposta do presente concurso será efetuada através do mesmo meio utilizado para envio do convite (plataforma ou outra transmissão eletrónica e escrita de dados).

8.3 Quando os documentos não estiverem redigidos em língua portuguesa, serão acompanhados de tradução legalizada ou em relação à qual o concorrente declare aceitar a sua prevalência, para todos e quaisquer efeitos, sobre os respetivos originais.

8.4 Os concorrentes deverão assinar eletronicamente a proposta e todos os documentos que lhe associarem, de acordo com o artigo 27.º da Portaria 701-G/2009 de 29 de julho, se o meio utilizado for a plataforma.

8.5 Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, bastando comunicarem tal facto ao Município de Sever do Vouga, nos termos do art.º 137.º do Código dos Contratos Públicos.

9. Prestação da Caução

Não é exigida a apresentação de qualquer caução, atendendo ao disposto no n.º 2, do art.º 88.º do CCP, nem será realizada a retenção referida no n.º 3 do mesmo artigo.

10. Documentos de Habilitação

Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação é solicitado ao Prestador de Serviços para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar:

10.1 Os documentos a que se refere o n.º 1 do artigo 81.º do CCP.

10.2 Nos termos da Portaria N.º 200/2019, declaração do beneficiário efetivo (RCBE).

10.3 Designação do responsável pelo apoio ao cliente, para cumprimento do ponto 2.4 do caderno de encargos, de acordo com o modelo de declaração (Anexo X).

11. Supressão de Irregularidades

Caso se verifique falta de algum documento cuja irregularidade não seja imputável ao adjudicatário, este tem um prazo adicional de 5 (dias) dias, para suprir a irregularidade sob pena de caducidade da adjudicação.

12. Objeto de Negociação se consulta prévia

A proposta apresentada não será objeto de negociação.

13. Critério de Adjudicação

A adjudicação será feita de acordo como o critério da proposta economicamente mais vantajosa, tendo em conta o **critério do monofator**, designadamente **o preço**, enquanto único critério de avaliação, uma vez que todos os elementos do contrato estão devidamente definidos nas peças do procedimento.

15. Confidencialidade e segurança da informação

15.1. As partes comprometem-se a assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados – Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27/4 de 2016, e demais legislação que lhe seja aplicável relativa a dados pessoais, durante a vigência do contrato e, sempre que exigível, após a sua cessação.

15.2. O adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que a Entidade Adjudicante venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte do mesmo e ou dos seus colaboradores, prestadores de serviço subcontratado, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis (incluindo o RGPD).

16. Legislação aplicável

A todas as matérias que não estiverem especialmente reguladas no presente caderno de encargos aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, bem como legislação subsidiária.

16. Anexos

Anexo A – Modelo da Proposta

Anexo I – Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do art.º 57.º do CCP

Anexo II – Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do art.º 81.º do CCP

Anexo IV - Modelo de declaração para verificação da existência de entidades especialmente relacionadas

Anexo X - Modelo de declaração para designação do responsável pelo apoio ao cliente

Anexo A - MINUTA DA PROPOSTA

Proposta de Preço

..... (indicar: nome, estado, profissão e morada ou firma e sede), depois de ter tomado conhecimento do objeto do procedimento por Ajuste Direto para Serviços de marketing turístico digital-Gestão Integrada das Redes Sociais do Município de Sever do Vouga, a que se refere o convite com a referência 50.2.14/2025, obriga-se a executar o referido Serviços de marketing turístico digital, pelo valor global de €_____, __ (extenso), em harmonia com o convite, caderno de encargos e proposta.

À quantia supra acresce o imposto sobre o valor acrescentado, à taxa legal em vigor.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

(local),... (data),...

[assinatura]

Declaração

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n. os 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n. os 4 e 5 do artigo 57.º

Declaração

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (¹)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (²) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 — O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (³)] os documentos comprovativos de que a sua representada (⁴) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (⁵)].

(¹) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(²) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(³) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(⁴) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(⁵) Nos termos do disposto nos n. os 4 e 5 do artigo 57.º

Anexo IV – modelo declaração indicação das entidades especialmente relacionadas

Declaração

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (¹)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada:

1 - Tomou conhecimento que por entidades especialmente relacionadas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, consideram-se, nomeadamente, as entidades que partilhem, ainda que apenas parcialmente, representantes legais ou sócios, ou as sociedades que se encontrem em relação de simples participação, de participação recíproca, de domínio ou de grupo.

2 - Que, tendo já tomado conhecimento do que se entende por entidades especialmente relacionadas nos termos do Código dos Contratos Públicos, a entidade aqui representada não está especialmente relacionada com nenhuma outra entidade.

ou

2 - Que, tendo já tomado conhecimento do que se entende por entidades especialmente relacionadas nos termos do Código dos Contratos Públicos, a entidade aqui representada está especialmente relacionada com as entidades a seguir identificadas:

- ...(*firma, número de identificação fiscal...*);
- ...(*firma, número de identificação fiscal...*);

- ...

- ...

3 - Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração.

4 - Que o Código de acesso à Certidão Permanente da ... é o seguinte: _____ - _____ - _____ .

... (local),... (data),... [assinatura (2)].

Anexo X - Modelo de declaração para designação do responsável pelo apoio ao cliente

Declaração

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ()...
(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de
identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao
procedimento em causa), declara que o responsável pelo APOIO AO CLIENTE, abaixo designado,
prestará todo o apoio necessário relacionado com o contrato.

Nome: _____

Contacto móvel direto: _____

e-mail direto: _____

... (local),... (data),... [assinatura ()].

Anexo XII – Declaração de isenção do RCBE

Declaração

Por ser verdade, eu, ... (nome, número de documento de identificação e morada), face à legislação atual que aprova a declaração de beneficiário efetivo (RCBE) e exclui pessoas singulares e trabalhadores independentes, como é o meu caso, declaro que não me encontro abrangido por esta normativa.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

Marketing Turístico Digital

CADERNO DE ENCARGOS

ÍNDICE

Parte I

Cláusula Gerais

- Cláusula 1.^a** – Objeto
- Cláusula 2.^a** – Contrato
- Cláusula 3.^a** – Prazo
- Cláusula 4.^a** - Obrigações do Prestador de Serviços
- Cláusula 5.^a** – Encargos Gerais
- Cláusula 6.^a** – Objeto do dever de sigilo
- Cláusula 7.^a** – Prazo do dever de sigilo
- Cláusula 8.^a** – Preço contratual
- Cláusula 9.^a** – Condições de pagamento
- Cláusula 10.^a** – Gestor do Contrato
- Cláusula 11.^a** – Penalidades contratuais
- Cláusula 12.^a** – Casos Fortuitos e Força Maior
- Cláusula 13.^a** – Resolução da entidade adjudicante
- Cláusula 14.^a** – Resolução por parte do adjudicatário
- Cláusula 15.^a** – Caução/retenção
- Cláusula 16.^a** – Seguros
- Cláusula 17.^a** – Responsabilidade das partes
- Cláusula 18.^a** – Subcontratação
- Cláusula 19.^a** – Cessão da posição contratual
- Cláusula 20.^a** – Foro competente
- Cláusula 21.^a** – Deveres de informação
- Cláusula 22.^a** – Notificações e comunicações
- Cláusula 23.^a** – Contagem dos prazos
- Cláusula 24.^a** – Confidencialidade e segurança
- Cláusula 25.^a** – Legislação aplicável

Parte II

Cláusulas específicas

- Cláusula 26.^a** – Enquadramento
- Cláusula 27.^a** – Objeto do contrato
- Cláusula 28.^a** – Objetivos estruturais
- Cláusula 29.^a** – Características/ Especificações
- Cláusula 30.^a** – Forma de Prestação de Serviço
- Cláusula 31.^a** – Outras Obrigações do adjudicatário
- Cláusula 32.^a** – Uso de sinais distintivo
- Cláusula 33.^a** – Obrigações do Contraente Público
- Cláusula 34.^a** – Duração contrato
- Cláusula 35.^a** - Plano de pagamentos
- Cláusula 36.^a** – Preço base

Página em branco

PARTE I
Cláusulas Gerais

Cláusula 1.^a

Objeto

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de serviços Serviços de marketing turístico digital - Gestão Integrada das Redes Sociais do Município de Sever do Vouga, de acordo com as cláusulas do caderno de encargos.

Cláusula 2.^a

Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e integra ainda os seguintes elementos:
 - 1.1. Os suprimientos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - 1.2. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - 1.3. O caderno de encargos;
 - 1.4. A proposta adjudicada;
 - 1.5. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
2. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.^a

Prazo

O contrato mantém-se em vigor pelo prazo indicado nas cláusulas específicas, com início na data da assinatura do contrato, caso este seja reduzido a escrito, ou após a comunicação da adjudicação, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Cláusula 4.^a

Obrigações Gerais do prestador de serviços

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações:
2. Cumprir com todas as obrigações relativas ao objeto do contrato.

-
3. Cumprir com os prazos estipulados.
 4. Executar a prestação de serviços, com observância das normas vigentes e que se relacionem com o serviço em causa, e com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência.
 5. Executar o objeto do contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos necessários.
 6. Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para o fornecimento, a sua situação jurídica e a sua situação comercial.
 7. Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que não são prestados os serviços, bem como ministrar todos os esclarecimentos que se justifiquem necessários.
 8. Responsabilizar-se por todos os danos causados ao contraente público relativos à prestação de serviços, objeto do contrato, e que resultem da sua ação ou omissão.
 9. Não ceder a sua posição contratual.
 10. Designar um interlocutor para reunir com o responsável do contraente público (Gestor do Contrato) sempre que necessário.
 11. Manter sigilo e confidencialidade.
 12. Manter o(s) preço(s) unitário(s) até ao fim do contrato.
 13. A título acessório o adjudicatário fica obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo, sendo da sua conta as despesas de deslocação, alimentação, seguro e estadia do pessoal afeto à prestação dos serviços, objeto do contrato, bem como, armazenamento, manutenção de meios materiais e transporte, se for o caso.

Cláusula 5.^a

Encargos gerais

1. Todas as despesas ou encargos em que o adjudicatário tenha de incorrer para o cumprimento de obrigações emergentes do Contrato, são da sua exclusiva responsabilidade e não podem ser reclamados à entidade adjudicante, a menos que outro regime decorra da lei ou do Contrato.
 2. Constitui, nomeadamente, responsabilidade do adjudicatário o pagamento de quaisquer impostos, taxas, direitos de qualquer natureza ou outros encargos exigidos pelas autoridades competentes e relativos à execução do Contrato.
 3. O disposto no número anterior aplica-se ainda à obtenção de quaisquer autorizações, licenças e ao pagamento de quaisquer emolumentos exigidos pelas autoridades competentes relativamente ao cumprimento das obrigações que impendem sobre o adjudicatário no âmbito do Contrato.
 4. São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer despesas resultantes da prestação das garantias do bom e pontual cumprimento do Contrato.
-

Cláusula 6.^a

Objeto do dever de sigilo

1. A entidade adjudicante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Sever do Vouga, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 7.^a

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devido às pessoas coletivas.

Cláusula 8.^a

Preço contratual

1. Pela prestação dos serviços/aquisição de bens, objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Câmara Municipal de Sever do Vouga deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 9.^a

Condições de Pagamento

1. Não há lugar a pagamentos adiantados ao adjudicatário.
2. As quantias devidas pelo Município de Sever do Vouga, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas de acordo com o plano de pagamentos, após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

3. Em caso de discordância por parte do Município de Sever do Vouga, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar à entidade adjudicante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando a entidade adjudicante obrigada a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 2, as faturas são pagas através de Transferência Bancária.

Cláusula 10.^a

Gestor do Contrato

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável:

1. A execução do contrato é permanentemente acompanhada pelo gestor do contrato, de acordo com o estipulado no artigo 290º-A do CCP.

2. A entidade adjudicante deverá nomear um gestor do contrato, o qual ficará responsável pelo acompanhamento da execução do contrato a celebrar, por via do presente procedimento, e comunicar ao adjudicatário a identidade do mesmo, bem como quaisquer alterações relativas à sua nomeação.

3. Ao gestor do contrato cabe desempenhar o papel de interlocutor com o adjudicatário.

4. O gestor do contrato interno ou outra entidade devidamente acreditada para o efeito, poderá inspecionar o trabalho em curso em qualquer altura, assim como exigir relatórios escritos com as técnicas, equipamentos e pessoal empregues.

Cláusula 11.^a

Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Sever do Vouga pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento:

1.1. Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega dos elementos referentes ao objeto do contrato, até 10% do preço contratual por cada semana (correspondente a 5 dias úteis) de atraso;

1.2. Pelo incumprimento de qualquer das obrigações previstas no presente caderno de encargos, até 20% do preço contratual.

2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, o Município de Sever do Vouga pode exigir-lhe uma pena pecuniária até 50% do preço contratual.

3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador de serviços ao abrigo do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a resolução do contrato.

4. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Sever do Vouga, tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.

5. O Município de Sever do Vouga pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam o Município de Sever do Vouga exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 12.^a

Casos Fortuitos e Força maior

1. Não podem ser impostas sanções contratuais ao adjudicatário, nem é havido como incumprimento a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte no caso fortuito ou de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, no caso de se verificarem os pressupostos do n.º 1, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

3.1. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;

3.2. Greves ou conflitos laborais limitados ao adjudicatário ou a grupos de sociedades em que se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

3.3. Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

3.4. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

3.5. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário;

3.6. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 13.^a

Resolução por parte da entidade adjudicante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato, previstos na lei, o Município de Sever do Vouga pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente, no atraso, total ou parcial, da prestação dos serviços objeto do contrato.

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada à entidade adjudicante e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Município de Sever do Vouga.

3. A resolução do contrato não prejudica a aplicação de quaisquer sanções contratuais aplicadas nos termos da Cláusula 11^a.

Cláusula 14.^a

Resolução por parte do adjudicatário

1. O adjudicatário pode resolver o contrato nos termos e pela forma prevista no artigo 332.º do CCP.
2. Nos casos previstos no número 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município de Sever do Vouga, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
3. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pela entidade adjudicante, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 15.^a

Caução/Retenção

Não é exigida a apresentação de qualquer caução, atendendo ao disposto da alínea a) do n.º 2, do art.º 88.º do CCP, nem será realizada qualquer retenção nos pagamentos.

Cláusula 16.^a

Seguros

1. É da responsabilidade do prestador de serviços, a cobertura através de contratos de seguro:
 - 1.1. De acidente de trabalho do pessoal afeto a execução do contrato;
 - 1.2. Transporte de bens afetos a execução do contrato, se aplicável;
 - 1.3. Responsabilidade civil obrigatório, se aplicável a profissão.
2. O Município de Sever do Vouga pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o adjudicatário, apresentá-los no prazo de cinco dias.
3. O adjudicatário é responsável por si e pelo seu pessoal e por eventuais prejuízos causados aos espaços onde executarem os serviços relativos a este procedimento ou por qualquer irregularidade que ocorrer, ficando sujeito aos regulamentos em vigor.

Cláusula 17.^a

Responsabilidade das partes

Cada uma das partes deve cumprir pontualmente as obrigações emergentes do Contrato e responde perante a outra por quaisquer danos que resultem do incumprimento ou do cumprimento defeituoso dessas obrigações, nos termos do presente Caderno de Encargos e da lei, sem prejuízo do disposto nas cláusulas seguintes.

Cláusula 18.^a

Subcontratação

A subcontratação contratual pelo adjudicatário depende da autorização expressa da entidade adjudicante, nos termos previstos no Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 19.^a

Cessão da posição contratual pelo adjudicatário

1. A cessão da posição contratual do adjudicatário carece sempre de autorização da entidade adjudicante.
2. A autorização da cessão da posição contratual prevista no número anterior depende da prévia apresentação dos documentos de habilitação relativos ao potencial cessionário exigidos ao adjudicatário nos termos do Programa de Concurso.
3. Para efeitos da autorização da cessão da posição contratual o adjudicatário deve apresentar à entidade adjudicante uma proposta fundamentada e instruída com os documentos referidos no número anterior.
4. A entidade adjudicante deve pronunciar-se sobre a proposta do adjudicatário no prazo de 30 (trinta) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída.
5. O decurso do prazo previsto no número anterior sem que a entidade adjudicante tenha emitido decisão sobre o pedido formulado equivale ao seu indeferimento.

Cláusula 20.^a

Foro Competente

Para a resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo Territorial competente.

Cláusula 21.^a

Deveres de informação

1. Qualquer uma das partes deve informar a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do Contrato, de acordo com a boa-fé e no prazo de 10 (dez) dias a contar do respetivo conhecimento.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra, de quaisquer circunstâncias, que constituam ou não força maior, e previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.

Cláusula 22.^a

Notificações e comunicações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes, estas devem ser dirigidas, nos termos previstos no CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma das entidades contraentes.

2. Qualquer alteração dos elementos de contacto das partes indicado no Contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 23.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no presente caderno de encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, obedecendo a suas contagens às regras previstas no art.º 471.º do CCP.

Cláusula 24.^a

Confidencialidade e segurança da informação

As partes comprometem-se a assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados – Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27/4 de 2016, e demais legislação que lhe seja aplicável relativa a dados pessoais, durante a vigência do contrato e, sempre que exigível, após a sua cessação.

Cláusula 25.^a

Legislação aplicável

A todas as matérias que não estiverem especialmente reguladas no presente Programa do Procedimento aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação e demais legislações subsidiárias.

PARTE II

Cláusulas Específicas/Técnicas

Cláusula 26.^a

Enquadramento

As características geomorfológicas do concelho de Sever do Vouga, associadas ao elevado valor do seu património natural e do património cultural monumental, conferem ao município particular relevância no contexto do setor do turismo. Esta evidência expressa-se também nas atividades características do turismo, em particular nas unidades de alojamento turístico, nos estabelecimentos de restauração e nos agentes de animação turística. A dimensão estratégica que o turismo assume na base económica local e o potencial de crescimento que se reconhece, associado à importância atribuída pelo executivo do Município de Sever do Vouga, exige uma política de atuação ambiciosa e responsável por forma a projetar a procura turística local.

É neste contexto que importa repensar a estratégia de atuação digital do Município, afirmando de forma estrutural o contínuo reforço da notoriedade do destino e a progressiva ativação da procura, especialmente dos segmentos de mercado e respetivos públicos-alvo prioritários, mitigando a dependência excessiva do mercado interno. A presença digital do Município de Sever do Vouga expressa-se no website (<https://naturestorytelling-sever.pt>), na App (Sever NatStory) e nas principais redes sociais (Facebook e Instagram) – canais exclusivos do setor do turismo – onde comunica e promove a oferta turística local. Até à data, a dinâmica digital do município é manifestamente limitada, mas decorre da sua própria estratégia, tendo em consideração a presença digital exclusiva na área do turismo.

Cláusula 27.^a

Objeto do Contrato

O presente procedimento tem por objeto desenvolver e implementar uma estratégia de marketing turístico digital de ativação e dinamização das redes sociais da área do turismo do Município de Sever do Vouga, por forma a projetar a legibilidade, visibilidade e notoriedade turística do destino Sever do Vouga.

Cláusula 28.^a

Objetivos Estruturais

O presente procedimento tem como objetivos estruturais:

- Definir os atributos turísticos – ativos, recursos, produtos, iniciativas, entre outros – distintivos do território (Município de Sever do Vouga);
- Diagnosticar a presença digital do Município de Sever do Vouga exclusivamente na área do turismo;
- Alinhar a estrutura e a gestão das redes sociais exclusivas da área do turismo do Município de Sever do Vouga com as boas práticas;
- Aumentar a qualidade e diversidade das publicações e dos conteúdos;
- Assegurar a regularidade e periodicidade das publicações nas redes sociais;
- Projetar a legibilidade, visibilidade e notoriedade turística do “destino” Sever do Vouga;
- Aumentar a comunidade, os seguidores e as interações nas redes sociais;

-
- Estimular, progressivamente, o crescimento da procura turística no Município de Sever do Vouga;
 - Criar, objetivamente, a comunidade dos seguidores do “destino” Sever do Vouga.

Cláusula 29.^a

Características/ Especificações Técnicas

A concretização do objeto do presente procedimento, decorre da execução das seguintes atividades:

Atividade 1. Realização do diagnóstico da presença digital do Município de Sever do Vouga na área do turismo (ferramentas digitais próprias)

- **Website** – <https://naturestorytelling-sever.pt> – análise detalhada do website exclusivo do turismo, da sua estrutura, conteúdos e desempenho funcional; posicionamento no Google; e sinalização de propostas de melhoria funcional de âmbito estrutural e/ou cirúrgico;
- **App** – Sever NatStory – análise detalhada da App exclusiva do turismo, da sua estrutura, conteúdos e desempenho funcional; e identificação de propostas de qualificação e expansão funcional da App (ex., passaporte digital, descontos comerciais, agenda de eventos intuitiva);
- **Redes Sociais** – Facebook e Instagram – análise detalhada das redes sociais exclusivas do turismo (caso existam, geridas pelo próprio Município e/ou por terceiros), da sua estrutura, conteúdos e desempenho funcional; e sinalização de propostas de melhoria funcional de âmbito estrutural e/ou pontual;
- **Outros Canais/ Ferramentas** – Websites de Terceiros – análise da presença digital do “destino”; e sinalização de propostas de melhoria.

Atividade 2. Elaboração da estratégia de marketing digital de âmbito operacional (plano de ação para o período temporal de 12 meses)

- **Consolidação do diagnóstico prospetivo** efetuado à presença digital do Município de Sever do Vouga especificamente na área do turismo;
- **Identificação dos atributos turísticos locais** – recursos, produtos, eventos, players, entre outros – passíveis de projetar a notoriedade do destino;
- **Identificação de efemérides/ acontecimentos de reconhecida relevância turística** – antecipar momentos/ acontecimentos impactantes (ex., Rally de Portugal... regressa a Sever do Vouga);
- **Definição de metas parcelares**, de periodicidade trimestral, que permita monitorizar a execução do respetivo plano de ação;
- **Estruturação do plano de ação**, projetado para o período de 12 meses, descrevendo cada uma das ações e o respetivo cronograma de implementação;
- **Validação da proposta preliminar** de plano de ação da estratégia de marketing digital para o Município de Sever do Vouga.

Atividade 3. Criação e/ou otimização das ferramentas digitais do Município de Sever do Vouga exclusivas da área do turismo

- **Cooperação com o fornecedor/ prestador de serviços de tecnologia** do Município de Sever do Vouga para integração das propostas de melhoria do website e da App;
-

- **Criação e/ou otimização da rede social – Facebook** – especifica do turismo do Município de Sever do Vouga (definição do respetivo perfil);
- **Criação da rede social – Instagram** – especifica do turismo do Município de Sever do Vouga (definição do respetivo perfil);
- **Avaliação do potencial de criação de novos perfis** do Município de Sever do Vouga noutras redes sociais (contas específicas da área do turismo).

Atividade 4. Gestão e dinamização permanente das redes sociais do Município de Sever do Vouga

- **Planeamento de Publicações** – preparar propostas de publicações com um mês de antecedência para validação/ aprovação pelo Município de Sever do Vouga;
- **Criação de conteúdos multiformato** – conteúdos orgânicos/ reposts (posts/ reels: no mínimo, 8 por mês; stories: no mínimo, 10 por mês); investimento seletivo em campanhas (Meta Ads) em Portugal/ Espanha (no mínimo, 1 por mês); entre outros;
- **Edição de conteúdos partilhados pelo Município de Sever do Vouga** – conteúdos textuais, fotográficos e audiovisuais partilhados pelos serviços do Município ou de parceiros contratados (ex., fotógrafo, entre outros);
- **Edição de conteúdos partilhados por terceiros** – conteúdos textuais, fotográficos e audiovisuais de entidades parceiras ou outros (ex., influencers) com comprovada relevância;
- **Gestão de comentários, mensagens e menções nas redes sociais** – preparação de respostas/ reações a comentários de terceiros nos canais digitais próprios (avaliar o processo de interação).

Atividade 5. Produção e edição de conteúdos textuais, fotográficos e audiovisuais específicos para as redes sociais do Município de Sever do Vouga

- **Produção de conteúdos textuais** – alinhados com o tom da comunicação digital definido e consensualizado previamente;
- **Captação e edição de conteúdos fotográficos** – deslocações regulares ao território (realizar, no mínimo, uma deslocação por estação do ano e três eventos específicos) para captação de fotografias do destino/ território e de pontos de interesse;
- **Captação e edição de conteúdos audiovisuais** – deslocações regulares ao território (realizar, no mínimo, uma deslocação por estação do ano e três eventos específicos) para captação de vídeos do destino/ território e de pontos de interesse.

Atividade 6. Ativação de influenciadores e prescritores estratégicos associados ao perfil da oferta turística do Município de Sever do Vouga

- **Identificação de uma short-list de influenciadores e prescritores estratégicos** – alinhados com o perfil e características do destino, envolvendo as respetivas organizações regionais de turismo;
- **Cooperação com as Organizações Nacionais e Regionais de Turismo** – identificar influencers, bloggers e demais prescritores que melhor se enquadrem no binómio “perfil da oferta turística local e públicos-alvo dos mesmos”;

-
- **Organização de programas de visitação personalizados** – envolvimento dos parceiros locais no desenho e implementação dos programas de visitação/ experimentação (**programas temáticos/ produto:** natureza (hard & soft), no mínimo, 2 programas; cultural monumental, no mínimo, 1 programa; arqueologia industrial, no mínimo, 1 programa; **programas integrados/ destino:** no mínimo, 1 programa);
 - **Produção de relatórios de avaliação das ações de visitação** – monitorização dos resultados obtidos face aos perspectivados/ esperados.

Atividade 7. Monitorização contínua do desempenho digital das redes sociais do Município de Sever do Vouga (reports trimestrais e final)

- **Definição de indicadores de performance e desempenho digital** – conjunto de variáveis e indicadores de atividade que permitam avaliar o desempenho operacional da presença digital;
- **Definição dos objetivos quantificáveis parcelares e finais** – consensualizar as metas (indicadores de realização e de resultado) para cada período temporal estabelecido e para o horizonte do ano;
- **Produção de relatórios de atividade trimestrais e final** – apresentação sistemática e legível dos resultados obtidos e, face a eventuais desvios, propor medidas corretivas.

Cláusula 30.^a

Forma da Prestação de Serviços

1. Independentemente das atividades distintas da execução do objeto do contrato, destacam-se as seguintes fases principais:

1.1. Fase 1 - Diagnóstico, plano de ação da estratégia de marketing e criação da presença digital do MSV;

1.2. Fase 2 - Produção de conteúdos (textuais e fotográficos) e Gestão e dinamização permanente das redes sociais do município, incluindo ativação de influenciadores e prescritores estratégicos associados ao perfil da oferta turística do Município de Sever do Vouga e reports trimestrais.

1.3. Fase 3 - Relatório final.

2. Promover reuniões periódicas de acompanhamento do projeto:

2.1. Sessões de Esclarecimentos à Equipa do MSV;

3. Todos os conteúdos são submetidos a aprovação da entidade adjudicante.

3.1. O adjudicatário deverá prestar provas de verificação a fim de serem submetidas a aprovação da entidade adjudicante:

3.2. Prova de conteúdo, design e respetivos meios digitais;

3.3. As provas deverão ser entregues em suporte especificado para a verificação e aprovação das mesmas.

3.4. Caso se verifique a necessidade de correção, será efetuada nova prova de verificação.

3.5. As comunicações entre as partes devem ser realizadas por escrito e dado conhecimento ao gestor do contrato.

Cláusula 31.^a

Obrigações principais e específicas do adjudicatário

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou contrato, decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações:

1. Cumprir com o exigido no caderno de encargos e características.
2. Executar o serviço de acordo com as orientações da entidade adjudicante ou quem esta delegar competência para o cumprimento, das obrigações contratuais previstas no presente Caderno de Encargos.
3. Proceder em pleno respeito pelas normas procedimentais que vigoram na autarquia.
4. Apresentar relatórios de execução.
5. Deslocar-se ao território sempre que necessário para a recolha de imagens (fotografias e vídeos).
6. Fornecer o espólio fotográfico em formato adequado, por forma ao contraente público o possa utilizar sempre que necessário.

Cláusula 32.^a

Uso de sinais distintivos

1. Nenhuma das partes pode utilizar a denominação, marcas, nomes comerciais, logótipos e outros sinais distintivos do comércio que pertençam à outra sem o seu prévio consentimento escrito.
2. Havendo o consentimento referido no ponto anterior, deve ser enviada uma cópia ao gestor do contrato para ser junto ao processo de contratação.

Cláusula 33.^a

Obrigações específicas da entidade adjudicante

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato, decorrem para a entidade adjudicante, as seguintes obrigações:

1. Fornecer as informações e elementos que detenha e que sejam indispensáveis ao início e desenvolvimento dos trabalhos que sejam solicitados pelo adjudicatário.
2. A entidade adjudicante convocará o prestador de serviços para as reuniões que entenda necessárias ao suficiente esclarecimento sobre o desenvolvimento dos trabalhos, permitindo assim que haja da parte da entidade adjudicante conhecimento dos problemas e das opções mais relevantes, bem como a introdução de sugestões que possam contribuir para a sua melhoria.
3. Todos os relatórios, registos, comunicações, atas e demais documentos elaborados devem ser integralmente redigidos em português, enviadas cópias ao gestor do contrato para instrução do processo.

Cláusula 34.^a

Duração do contrato/prazos

A duração do contrato será de 365 dias, sendo que o projeto, objeto do contrato, deverá ser executado, pelo menos em três fases principais identificadas na cláusula 29.^a, sendo que:

Fase 1 - deverá ocorrer no prazo máximo de 2 meses;

Fase 2 – Terão início após a aprovação por parte do contraente público, da estratégia digital e plano de ação (fase 1).

Fase 3 – Deverão ser entregues, pelo menos 4 relatórios de atividades, sendo que o último deverá ser o relatório final e deverá ocorrer após a execução do contrato.

Cláusula 35.^a

Plano de pagamentos

Sem prejuízo do disposto nas cláusulas 9.^a e 10.^a do caderno de encargos:

3. As quantias devidas pelo Município de Sever do Vouga (MSV), devem ser pagas, no prazo de 60 dias, após a receção da respetiva fatura, a qual deve ser emitida após o vencimento da obrigação respetiva, de acordo com o seguinte plano de pagamentos:

20% - Com a aprovação da estratégia digital e plano de ação

70% - Com a entrega de cada relatório de atividade (proporcional ao número de relatórios indicados na proposta)

10 % - Com a entrega do Relatório Final

4. Em caso de discordância por parte do MSV, quanto aos valores indicados na fatura, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

5. Desde que devidamente emitida e observado o disposto no ponto 1, a fatura será paga através de Transferência Bancária.

6. A plataforma de faturação eletrónica utilizada pelo MSV é a solução da link.

Cláusula 36.^a

Preço base para efeito de concurso

1. O preço base para escolha do procedimento é de € 19.950,00 (dezanove mil, novecentos e cinquenta euros).

2. O preço base é o montante máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o seu objeto do contrato.

3. O valor indicado não inclui IVA.
